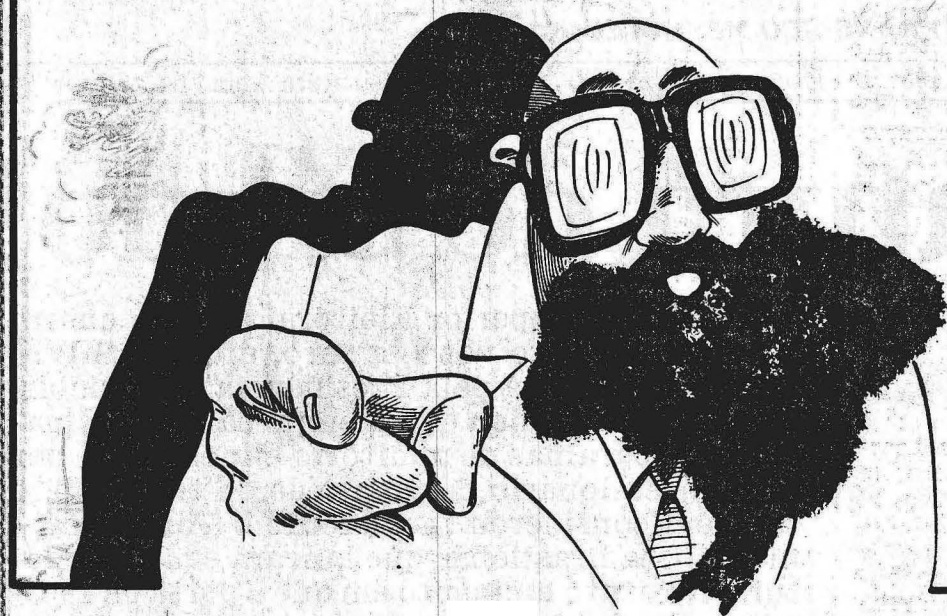


Julio



Meu nome é Brasil!

JOÃO MELLÃO NETO

O cidadão estava em casa, como todos nós, assistindo ao noticiário da TV e praguejando contra o que via. Sua mulher, a certa altura, já cansada de ouvir suas reclamações, desafiou: "Escuta aqui, você só xinga, berra e não faz nada?"



"Ele fez. Saiu dali, reuniu meia dúzia de amigos e alunos, fundou um partido político e lançou-se candidato a presidente da República. Hoje em dia, graças ao horário político, todo mundo sabe de sua ira e descontentamento. Está contra tudo e contra todos. Cara de Rasputin, temperamento de Bakunin, parece que a qualquer momento vai jogar pela tela uma bomba em nossa casa. Seu nome, todos sabem, é Enéas.

É perfeitamente compreensível a raiva do Enéas. Ele é um antecandidato. Sabe que não vai ganhar. Quer apenas utilizar seu espaço de 15 segundos para passar aquele recado que todos nós, brasileiros, gostaríamos de fazer chegar aos ouvidos das classes políticas brasileiras. "Estamos cheios de vocês, de suas tramóias, de sua demagogia. Vão todos para o inferno!"

O Enéas é a consciência cívica da Nação.

Como professor universitário que é, ele provavelmente conhece bastante a História política deste país.

Sabe, por exemplo, que a República, da qual este ano comemoramos o centenário, não passou de um curioso acidente histórico. Alguns setores militares estavam descontentes com a abulia do imperador e com a iminência de ele vir a ser sucedido pelo conde D'Eu, com aquele seu pernóstico sotaque francês. Muitos fazendeiros, por sua vez, não perdaram a princesa Isabel pela deslealdade de ter libertado os escravos logo às vésperas da colheita de café (não poderia, ao menos, ter esperado até setembro?). O marechal Deodoro, doente, entrou na História como Pilatos no Credo. Juntou-se ao grupo, crente de que estava derrubando tão somente o Gabinete do visconde de Ouro Preto. Realizou sua tarefa e foi dormir. Acordou numa República

ca, a qual, docemente constrangido, avalizou, até porque fora nomeado chefe do governo provisório...

Por 40 anos, nas dez primeiras eleições presidenciais, o problema do sufrágio popular, sempre tão imprevisível e incômodo, foi resolvido a contento. Não mais do que 3% ou 4% da "massa" tinha direito ao voto. Não havia Justiça Eleitoral para garantir a lisura do pleito e, assim, qualquer complicação desagradável na votação podia ser facilmente resolvida na apuração. Nenhum presidente se elegeu com menos de 80% dos sufrágios. Epitácio Pessoa nem sequer precisou fazer campanha. Ganhou a eleição em viagem ao Exterior.

Em 1930, a quebra de um gentlemen agreement por parte do presidente Washington Luís, levou a classe política a "melar" o pleito e a dar posse ao segundo colocado, Getúlio Vargas.

Abre-se, então, um novo período em nossa História. Convoca-se uma Assembléia, faz-se uma nova Constituição, a qual, por ser demais inconveniente, é aposentada com menos de três anos de "serviço", com a instauração da ditadura.

Epitácio ganhou a eleição em viagem ao Exterior

Cai Vargas, em 1945. Convoca-se uma nova Constituinte. O País passa a viver um período de "normalidade" democrática. As eleições são livres e universais. Só que a cédula eleitoral é impressa e distribuída pelos próprios candidatos. Coage-se o eleitor na votação, ajusta-se o resultado na apuração e, mesmo assim, as polêmicas e divergências não deixam de existir. Nos 18 anos de "democracia plena" o Partido Comunista é colocado na ilegalidade, um presidente se suicida, um renuncia, dois são depostos (Carlos Luz e Goulart), adota-se e se desadota o parlamentarismo, dois golpes militares são tentados e um terceiro dá certo. Mais 20 anos de regime fechado.

Em 1974, começa a abertura "lenta e gradual". Abrem-se os meios de comunicação aos candidatos da oposição. Esta obtém um número de votos além do conveniente. Vem a Lei Falcão e o pacote de abril de 1977, tirando os candidatos da TV, criando o senador sem voto e ajustando a representatividade elei-

toral dos deputados na razão inversa do grau de politização de seus eleitores. Voto de paulista vale um voto, voto de acreano vale 15.

Em 1984, o povo vai às ruas pedir eleições diretas para presidente. Na plateia, muita sinceridade, nos palanques, nem tanta. O que se buscava não era sufrágios nas urnas e, sim, votos no colégio eleitoral. Tancredo vence, não sem antes ter amarrado apoios em quase todos os setores que, antes, sustentavam o regime autoritário. Os militares voltam aos quartéis, mas os políticos permanecem no palácio.

O Plano Cruzado, conservado em formol, garante maioria governista para a formação do novo Congresso Nacional, em 1986. Ao invés de uma Assembléia Constituinte especialmente eleita para a tarefa, delegam-se tais poderes aos congressistas. O resultado, previsível, é uma Constituição corporativista, cujos artigos atendem muito mais aos interesses dos lobbies sindicalistas e empresariais do que aos da Nação como um todo. A maioria das leis até hoje não foi regulamentada. O Congresso não tinha tempo. Estava mais preocupado em votar pautas de interesse imediato da classe política.

1986, 1988, 1989. Para cada eleição, uma nova legislação. Casuística, particularista, tendenciosa. Na última, a que rege o presente pleito, Sarney veta o prazo mínimo para mudança de partido dos candidatos. Os partidos, no Congresso, aliviados, acatam o veto. Cada um tinha problemas específicos, e a extinção do prazo lhes interessava.

Novembro de 1989. Aproveitando-se do casuismo e das brechas da legislação, Sílvio Santos lança-se candidato. Os políticos — "animadores de auditório" amadores — gemem. Acaba de entrar em cena um profissional...

No momento em que escrevo este artigo ainda não sei qual terá sido o resultado do julgamento do TSE. Provavelmente terão impugnado o free lancer. Um mínimo de seriedade, afinal, tem de ser preservado.

"Todo mundo promete o que não pode cumprir! Essa gente só sabe é fazer demagogia! Estamos cansados de ser enganados pela esquerda e pela direita. Meu nome é Enéas!"

O de nós todos também...